



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 114-2019 – SIAM 0649317/2019			
PA COPAM Nº: 02891/2019/001/2019		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: Mineração Pico de Serra Ltda		CNPJ: 07391780/0001-97	
EMPREENDIMENTO: Mineração Pico de Serra Ltda		CNPJ: 07391780/0001-97	
MUNICÍPIO: Cordisburgo/MG	PROCESSO DNPM: 831.851/2014	ZONA: Rural	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Empreendimento está localizado em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-02-07-0	Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento	2	1
A-05-02-9	Unidade de Tratamento de Minerais - UTM com tratamento a seco	2	1
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Ricardo de Sousa Santana - <i>Responsável pela elaboração do RAS</i> <i>Responsável pela prospecção e diagnóstico espeleológico</i> Roberto Dayrell Ribeiro da Glória <i>Responsável pelo projeto e elaboração do RAS</i> <i>Responsável pela prospecção e diagnóstico espeleológico</i> Cledson Jones Barbosa Ribeiro <i>Responsável pelo projeto e elaboração do RAS</i> <i>Responsável pela prospecção e diagnóstico espeleológico</i>		REGISTRO/ART: Biólogo CRbio 44729/04D ART 2019/03218 CTF 2245368 Engenheiro Florestal CREA MG/TO 95668D ART 14201900000005393450 CTF 5101648 Engenheiro Florestal CREA MG 176.958D ART 14201900000005393480 CTF 7031256	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Lorenzza Gonçalves França Assessora Ambiental – SUPRAM CM		5317	
Débora Lacerda Ribeira Henriques Gestora Ambiental – SUPRAM CM		1.364.390-3	
De acordo: Aline Alves de Moura Diretora Regional de Regularização Ambiental		1.093.406-5	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 114/2019

O empreendimento Mineração Pico de Serra Ltda, conhecido popularmente como Mineração Castro, realizará suas atividades de “Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento” (A-02-07-0) e “Unidade de Tratamento de Minerais - UTM com tratamento a seco” (A-05-02-9), na Fazenda Maquiné, zona rural do Município de Cordisburgo, no Estado de Minas Gerais. O minério a ser extraído é areia e quartzo. Segundo as informações contidas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS), o empreendimento em questão é composto de duas áreas sendo que a primeira possui 3 ha e a segunda 15 ha, totalizando assim 18 ha (dezoito hectares) (Figura 1). Ambas as áreas encontram-se totalmente inseridas na poligonal da Agência Nacional de Mineração (ANM), antigo DNPM, de nº 831.851/2014, estando na fase de “autorização de pesquisa”. Ressalta-se que tal processo na ANM é de mesma titularidade do processo em tela.

Figura 1. Arranjo geral do empreendimento em tela. Legenda: área diretamente afetada (ADA) do empreendimento em tela (polígono em vermelho); área de preservação permanente (APP) do rio das Velhas¹ (polígono em verde); Estrada do empreendimento (limite preto); pilha de estéril (polígono em azul); UTM (polígono em lilás); e estruturas de apoio (polígono em rosa); área não de proteção de indivíduos isolados (círculos em amarelo).



Fonte: Mídia digital encaminhada pelo empreendedor. Imagem do Google Earth Pro, acessada em 08/10/2019

¹ O Rio das Velhas, por apresentar largura da calha do curso d'água superior a 50 metros próximo ao local onde será instalado o empreendimento em foco, deve-se manter uma faixa de APP de 100 metros, conforme a lei 20.928/2013. Dados apresentados no Ofício 144/2019 (protocolo SIAM nº R0151290/2019).



Em 24 de abril de 2019, foi formalizado, na Supram Central Metropolitana, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 02891/2019/001/2019, conforme o recibo de entrega de documentos (protocolo SIAM 0237996/2019). Este empreendimento encontra-se em fase de licenciamento ambiental nesta superintendência, não sendo verificada nenhuma atividade no local, conforme o histórico de imagens de satélite disponibilizadas pelo *Google Earth*.

Na atividade objeto deste licenciamento, o mineral extraído será utilizado na siderurgia (quartzo) e na construção civil (brita), cuja produção bruta é de 49.500 t/ano. Devido a suas características, a atividade foi enquadrada em classe 2 pela Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, o que justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência de critério locacional 1, descrito a seguir.

Conforme os estudos espeleológicos apresentados à SUPRAM CM, a metodologia de trabalho consistiu na consulta a dados secundários, incluindo aqueles disponibilizados pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV) como o “Mapa de Potencialidade de Ocorrência de Cavernas” e o “Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas” (CANIE). A partir dessas informações, foram gerados um referencial teórico e mapas temáticos que embasaram o referido estudo. O relatório foi apresentado conforme a Instrução de Serviço SISEMA nº 08/2018 revisada.

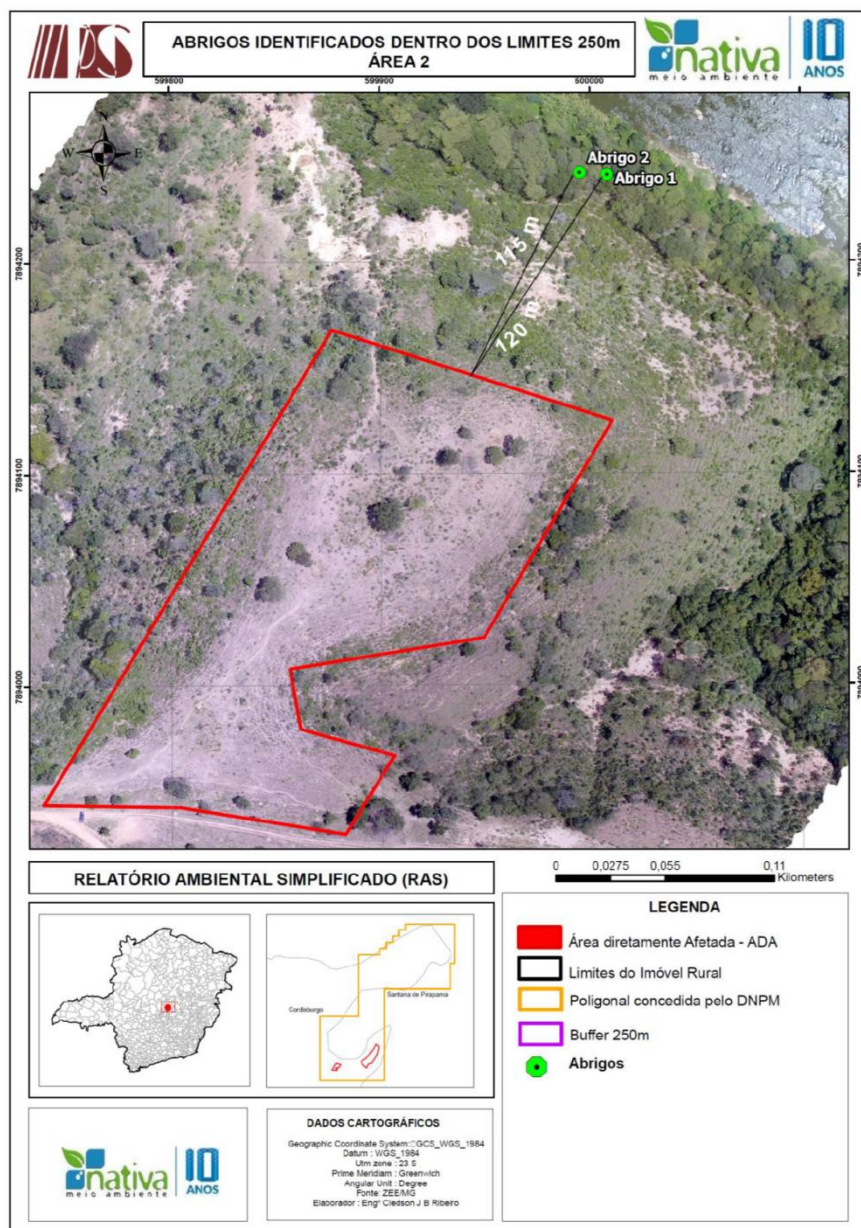
Segundo o RAS e o Ofício 144/2019 (protocolo SIAM nº R0151290/2019), a prospecção abrangeu duas áreas, I e II, sendo que a primeira possui 0,43 km² e a segunda 0,83 km², com densidade de caminhamento, destas duas áreas e seus entornos de 250 metros, de 8,6 km/km² e 16,6 km/km² respectivamente. Ao final dos trabalhos de campo foi percorrido um total de 30 km. O caminhamento foi realizado nos dias 25 e 26 fevereiro de 2019, e contou com uma equipe de 03 integrantes. A prospecção apresentada pelo empreendedor foi conclusiva quanto à identificação de dois abrigos (Tabela 1 e Figura 2), localizados no *buffer* de 250 m da ADA, próximos à calha do Rio das Velhas. Ressalta-se que a equipe da SUPRAM CM não concorda com a nomenclatura destas feições, visto que as mesmas não apresentam as características dimensionais para serem classificadas como abrigo. Assim, recomenda-se que os nomes destas feições sejam alterados pelo empreendedor.

Tabela 1. Coordenadas planas e desenvolvimento linear dos abrigos identificados no presente estudo

Feições	Coordenadas Planas - Projeção UTM - Fuso 23 K	DL (m)	Altura da entrada (m)
Abrigo 1	600001mE; 7894245mN	3,34	0,65 a 0,73
Abrigo 2	599995mE; 7894242mN	5,15	0,80 a 1,64

Fonte: Autos do processo administrativo

Figura 2. Localização dos Abrigos 1 e 2 identificados próximos aos limites da área II



Fonte: Autos do processo administrativo

No ofício 144/2019 (protocolo SIAM nº R0151290/2019) é apresentada a conclusão de que esses dois abrigos não possuem características de ambiente subterrâneo, por não possuírem zona afótica ou atributos que os caracterizem como cavidade. Contudo, a equipe da SUPRAM CM discorda desta conclusão e entende que os dois abrigos são cavidades naturais subterrâneas, por apresentarem fechamento de plano no ponto zero (onde a cavidade se inicia) e por atender a seguinte definição:

“todo e qualquer espaço subterrâneo penetrável pelo ser humano, com ou sem abertura identificada, popularmente conhecido como caverna, gruta, lapa, toca, abismo, fuma e buraco, incluindo seu ambiente, seu conteúdo mineral e hídrico, as comunidades bióticas ali encontradas e o corpo rochoso onde as mesmas se inserem, desde que sua formação tenha sido por processos naturais,



independentemente de suas dimensões ou do tipo de rocha encaixante” (conf. inciso I do art. 2º da Res. Conama nº 347/2004).

Assim sendo, a equipe da SUPRAM CM entende que deve ser preservada a área de influência inicial das cavidades, que é a área formada pela projeção horizontal das cavidades, acrescida de um entorno de duzentos e cinquenta metros, em forma de polígono convexa (conf. § 3º do art. 4º da Res. Conama nº 347/2004), até a sua efetiva definição pelo órgão ambiental, que deverá ser fundamentado nos estudos a serem apresentados pelo empreendedor, como estabelecido em condicionante no presente parecer.

Destaca-se que a presença de cavidades no entorno da ADA do empreendimento não furta o empreendedor de tomar providências legais cabíveis caso venham a ocorrer descobertas fortuitas durante a vida útil do empreendimento.

O desenvolvimento da lavra, conforme informado no RAS, se dará a céu aberto por desmonte mecânico, em uma única bancada direta com altura variando de 2 a 3 metros. A frente de lavra terá como sistema de drenagem canaletas em solo. A vida útil da jazida é de 9,5 anos, com avanço anual de 1,9 ha, com uma produção líquida por mês de 2.475 t/mês de quartzo rolado. O material extraído será da frente de lavra e passará pelo pré-tratamento a seco, e posteriormente será transportado a Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, onde passará pela classificação a seco e separação granulométrica (peneiramento), sendo esta movimentada pelas próprias carregadeiras. Assim, ao final do processo será obtido como resultado o quartzo e a brita.

Conforme o documento (ofício 144/2019 - protocolo SIAM nº R0151290/2019) foi realizado como resposta a solicitação de informação complementar (Ofício 0686/2019 - protocolo SIAM nº 0386608/2019) o estudo indicando o nível freático local. Assim, o empreendedor realizou 12 sondagens mecânicas com trado atingindo profundidades variando 12 a 15 metros. Como resultado, não foram registrados pontos de rocha ou afloramento de lençol freático. As conclusões obtidas no estudo é de que a atividade mineral em tela não afetará o lençol freático, principalmente pelo fato do limite de material a ser extraído pela mineração não ultrapassará 5 metros.

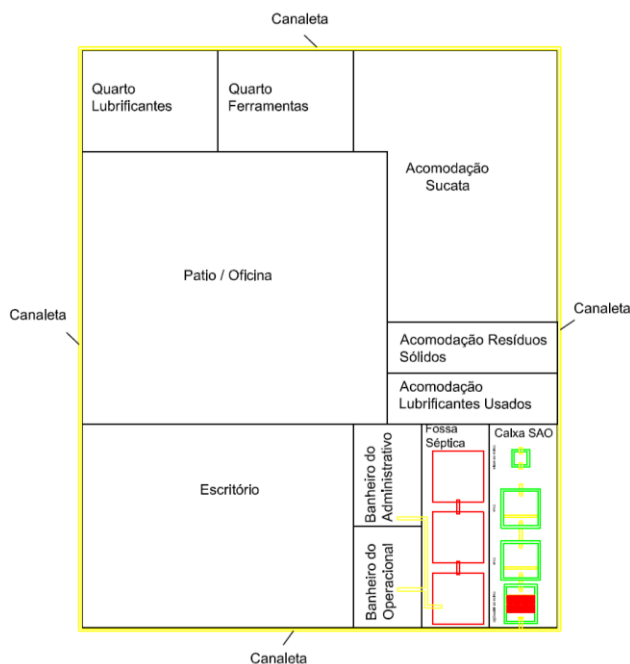
A produção de rejeito/estéril, proveniente da lavra e do beneficiamento, por mês será de 1.650 toneladas. Este material será disposto em leiras que possuiriam no máximo 2 metros de altura, no entorno destas será implantado um sistema de canaletas em solo interligadas a bacia de sedimentação, buscando assim mitigar a potencial ocorrência de feições erosivas e transporte de sedimentos para a calha do rio das Velhas. Destaca-se que este rejeito/estéril será utilizado para aterramento das cavas, oriundas dos trabalhos de extração do quartzo na forma de seixo rolado, para nivelamento da topográfica local. Destaca-se que toda a água coletada pelas canaletas de drenagens na área de lavra e na pilha de rejeito/estéril, será destinada a uma bacia de decantação.

Conforme o RAS não haveria posto de abastecimento ou oficina mecânica no empreendimento. Contudo, ao ser questionado sobre estas informações (Solicitação de Informações Complementares - Ofício 0686/2019 - protocolo SIAM nº 0386608/2019) o empreendedor respondeu, por meio do Ofício 144/2019 (protocolo SIAM nº R0151290/2019), que optou por instalar uma estrutura que será utilizada para a manutenção e abastecimento das máquinas e caminhões (Figura 3). Como medida de controle/mitigação de impactos



relacionados a contaminação do solo e recursos hídricos próximos por óleo lubrificante, o empreendedor utilizará estrutura coberta, dotada de piso impermeável com canaletas drenagem interligadas a caixa separadora de água e óleo.

Figura 3. Detalhe da estrutura de apoio à Mineração Pico de Serra Ltda. Croqui da oficina e dos cômodos de acondicionamento dos resíduos e efluente de classe I.



Fonte: autos do processo

A estimativa de óleos e lubrificantes utilizados no processo produtivo de extração de quartzo rolados, apresentará, segundo informado, volume variado, sendo este diretamente proporcional à produção. A previsão de óleo diesel que será utilizado para abastecimento do gerador, das máquinas como escavadeira, pá carregadeira, caminhão basculante carros de apoio (micro-ônibus), está estimada em 178.589,48 litros por ano.

O insumo básico utilizado para o funcionamento dos equipamentos é a energia elétrica será obtido por meio de geradores de energia a base de diesel. O uso de água para o consumo humano, se dará por galões de água mineral de 20 litros que serão transportados diariamente até o empreendimento em questão. Com relação ao abastecimento das instalações sanitárias, esse se dará pela captação no Rio das Velhas, com consumo de 0,5 m³/dia, estando regularizada pela certidão de registro de uso insignificante de recursos hídricos de nº 0000107117/2019 e nº Processo 0000021377/2019. O empreendedor possui autorização para captação de 1,0 l/s durante 8 horas/dia, no ponto de coordenadas geográficas latitude 19° 2' 29,62"S e longitude 44° 2' 38,66"W, totalizando 28,8 m³ por dia.

Conforme o RAS, os efluentes líquidos são de natureza sanitária oriundos dos setores de produção e administrativo (ao todo são 20 funcionários trabalhando 44 horas/semanais). Este efluente sanitário será direcionado a um sistema de tratamento, por meio de tubos de PVC para um sistema composto por uma caixa gradeada, fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro.



Para controlar e mitigar os efluentes oleosos, conforme informado, a utilização destes óleos para a manutenção do maquinário será feita sobre piso impermeável dotado de canaletas de drenagem interligadas a caixa separadora de água e óleo (CSAO). Além, destes será construído cômodo para acondicionamento dos insumos (óleo lubrificante e derivados) e dos recipientes vazios e do óleo usado. Posteriormente, a coleta e o transporte deste material, bem como sua destinação final, serão realizados pela empresa PETROLUB - INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES como indicado no Ofício 144/2019 (protocolo SIAM nº R0151290/2019).

Vale ressaltar que a manutenção e limpeza das canaletas drenagem, ora descrita, e da CSAO deverá ser semanal e a lama extraída será colocada em bombonas de 200 litros, juntamente com os recipientes vazios, que serão coletados pela empresa PRÓ-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA, a qual será responsável pela destinação final.

De acordo com o RAS, o efluente proveniente da lavagem de pisos, equipamentos e estruturas de apoio, será direcionado por meio de canaletas interligadas a caixa separadora de água e óleo. A poupa sedimentada será recolhida pela empresa reciclagem (re-refino) que coletará os óleos contaminados juntamente com os recipientes vazios. A destinação final do efluente será em sumidouro seco.

A destinação dos resíduos sólidos provenientes do empreendimento em tela, conforme informado, é apresentada a seguir: a) embalagens de marmitex oriundos da alimentação dos funcionários; papel/papelão; plástico; sucatas metálicas; borrachas e pneus, todos estes resíduos serão dispostos em baias identificadas com placas padronizadas, conforme a Resolução CONAMA 275/2001. Posteriormente, serão coletados por empresa especializada. Vale destacar que o empreendedor deverá exigir nota fiscal da empresa que exercer a atividade de recolher tais materiais para comprovar ao órgão competente, quando solicitado. b) filtros de óleos das máquinas e caminhões; recipientes de óleos lubrificantes; trapos e estopas contaminados com óleo e graxa, provenientes da manutenção e operação dos equipamentos necessários a execução das atividades objeto de licenciamento. Esses resíduos serão acondicionados em uma estrutura coberta, com piso impermeável composta por canaletas de drenagem interligadas ao sistema de caixa separadora de água e óleo. Em relação à coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos de classe I será feito pela empresa PRÓ-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA.

Destaca-se que como medida de controle de efluentes líquidos e resíduos sólidos o empreendimento deverá implantar, conforme descrito no RAS, o *Programa de gerenciamento dos resíduos sólidos* e o *Programa de controle de efluentes líquidos (oleosos e sanitários)*.

Segundo informado, as fontes difusas de geração de particulados (poeira e gases nocivos ao meio ambiente) identificadas neste empreendimento são: desmonte mecânico na frente de lavra; e trânsito de caminhões e maquinários dentro das estradas do empreendimento e em estradas de rodagem (destino ao consumidor final). Para minimizar a emissão de particulados o empreendedor irá fornecer equipamento de proteção individual – EPI a todos os colaboradores; realizar a movimentação das máquinas e caminhões apenas quando for estritamente necessário e realizar manutenções periódicas nos veículos e máquinas, com o intuito de mantê-los regulados.

A principal fonte, conforme informado, da sobrepressão acústica será a movimentação de maquinários/veículos, bem como o funcionamento do gerador de energia. Assim, a medida



mitigadora proposta pelo empreendedor é realizar monitoramento do nível de ruídos e vibrações no empreendimento, conforme a legislação vigente.

Conforme consta nos autos do processo, a Mineração Pico de Serra não irá remover nenhum dos indivíduos isolados que constam dentro da ADA, ou seja, não haverá intervenção/supressão de vegetação ou árvores isoladas. Desta forma, segundo especificado no Ofício 144/2019 (protocolo SIAM nº R0151290/2019) serão mantidos os indivíduos isolados supracitados, localizados dentro da ADA do empreendimento, bem como o raio de proteção de 10 metros a partir deles como indicado na Figura 1, anteriormente apresentada.

Neste sentido, apesar da área solicitada para intervenção ambiental ser de 18 ha, a área que será destinada a exploração mineral corresponde a 13,35 ha como descrito na Tabela 2.

Tabela 2. Descrição da área solicitada para intervenção ambiental.

Local	Área solicitada para intervenção ambiental no RAS	Área destinada a proteção dos indivíduos isolados	Área destinada a exploração mineral
Área I	3,00	1,26	1,74
Área II	15,00	3,38	11,61
Total	18,00	4,64	13,35

Fonte: Autos do processo administrativo

Vale ressaltar que, conforme o RAS, não haverá nenhum impacto sobre a fauna durante a implantação e operação do empreendimento em tela.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Mineração Pico de Serra Ltda” para as atividades de “Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento” e “Unidade de Tratamento de Minerais - UTM com tratamento a seco”, no município de Cordisburgo/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente. Destaca-se que não é permitido qualquer tipo de ampliação ou intervenção na vegetação sem as devidas autorizações previstas na legislação vigente.

Ressalta-se que a concessão desta licença não substitui a obrigatoriedade do empreendedor em obter título minerário ou guia de utilização expedida pela Agência Nacional de Mineração, nos termos do art. 23º da Deliberação Normativa COPAM nº 217 de 2017.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Mineração Pico de Serra Ltda”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Implantar sistemas de controle de emissões atmosféricas (particulados). Apresentar relatório técnico-fotográfico dos sistemas de controle de emissões atmosféricas (particulados).	Até 60 dias após a concessão da licença
03	Caso seja identificada cavidade natural subterrânea durante a operação do empreendimento em questão, o responsável pelo empreendimento deverá cessar suas atividades no local e no entorno de 250 m da mesma, e comunicar imediatamente a essa superintendência.	Durante a vigência da licença
04	É vedada a intervenção na área de influência inicial** das cavidades (abrigo 1 e abrigo 2). Até que seja apresentado estudos detalhados como indicado na condicionante 07 deste PU e aprovado pelo órgão ambiental competente. <i>**A área de influência inicial é considerada como a área formada pela projeção horizontal da cavidade, acrescida de um entorno de duzentos e cinquenta metros, em forma de poligonal convexa, até a sua efetiva definição pelo órgão ambiental (conf. § 3º do art. 4º da Res. Conama nº 347/2004).</i>	Durante a vigência da licença
05	Apresentar proposta de área de influência das cavidades, nos termos da Resolução CONAMA nº 347/2004 e elaborada conforme Termo de Referência do Anexo III da Instrução de Serviço SISEMA nº 08/2017.	Durante a vigência da licença
06	Considerando os estudos apresentados nos autos do processo, que não haverá supressão de vegetação ou indivíduos isolados, fica vedada a supressão de vegetação ou indivíduos isolados no interior da ADA do empreendimento em tela (área 1 e área 2).	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM CM, face ao desempenho apresentado.



Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada

do empreendimento “Mineração Morro do Sino LTDA”

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída do Conjunto sistema biodigestor e filtro sumidouro	DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L); pH, Substâncias tensoativas (mg/L).	Semestral
Na entrada e na saída da CSAO.	DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L); pH, Substâncias tensoativas (mg/L).	Semestral

⁽¹⁾ O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Local de amostragem: efluente bruto: Antes da entrada da fossa. Saída da Conjunto fossa filtro sumidouro (efluente tratado): após o filtro

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram CM até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017, especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período.

Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à SUPRAM CM, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo a seguir, bem como a identificação e a Assinatura do Responsável Técnico (ART) pelas informações prestadas.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

2. Ruídos



Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Em pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	dB (decibel)	<u>anual</u>

Relatórios: Enviar, anualmente, à Supram Central Metropolitana os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA nº 01/1990.